

## CONSELHOS ESCOLARES NA PERSPECTIVA DA QUALIFICAÇÃO DO COLEGIADO: CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS

*Alcilane Mota Saavedra Pinto*

*Kátia Maria Ferreira Barreto*

*Larisse Barreira de Macêdo Santiago*

### **Introdução**

O Curso de Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares tem por objetivo, durante a realização das Fases I (um) e II (dois), formar dirigentes e técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação como multiplicadores no estímulo à criação e consolidação dos Conselhos Escolares. Ao concluir esse processo de formação, estes profissionais têm a missão de divulgar os conhecimentos e informações em seus respectivos municípios e estados nos quais o curso foi ofertado.

Ao pensar em Conselho Escolar e sua função na escola, percebe-se a necessidade de estudar temas relacionados à gestão democrática e participativa, bem como a compreensão do exercício das funções deliberativa, fiscalizadora, consultiva e mobilizadora desse colegiado. A partir da legislação educacional brasileira, primeiramente com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, o artigo 3.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, assim como os artigos 14 e 15 da referida Lei que dispõem informações importantes sobre as normas de gestão democrática do ensino público e a autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira às unidades escolares públicas de educação básica, a gestão democrática se consolidou no ordenamento jurídico nacional como um princípio organizador da educação pública no Brasil.

Os Conselhos Escolares foram especificamente definidos a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei Nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 que, conforme seus objetivos, estabelece que as escolas devem “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalente”. A fim de corroborar as ações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE) trabalha-se no sentido de criar uma cultura de democratização nas escolas públicas brasileiras, o que contribui diretamente para a formação de cidadãos mais críticos, reflexivos e autônomos, que sejam capazes de solucionar seus próprios problemas coletivamente e transformar a realidade em que vivem.

De certa forma, percebe-se que esse movimento, que ganhou institucionalidade nas Leis brasileiras, busca promover mudanças visando a democratização do ensino e melhorar a qualidade da educação oferecida. Nesse sentido, por meio de ações efetivas dos Conselhos Escolares, seria possível conquistar na escola um espaço para tomada de decisões coletivas. Sendo assim, a gestão passa a ser compartilhada havendo uma maior descentralização de poder, o que também possibilita passos importantes para a construção da autonomia das escolas. A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica visando romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática (VEIGA, 1995, p.18).

Dessa forma, cabe ao Conselho Escolar organizar estratégias para que os membros da escola participem das decisões e sintam-se responsáveis pelas ações que serão desenvolvidas,

dentre elas, a elaboração do documento norteador do trabalho pedagógico, o Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como o Regimento Escolar e o Currículo que propiciam a unidade escolar e a participação de membros dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Na elaboração desse documento é vital valorizar o saber e a cultura do estudante e da comunidade, buscando meios para realizar um bom aproveitamento do tempo pedagógico. Esses seriam passos fundamentais para a melhoria da qualidade da educação. Libâneo (2007) afirma que,

[...] a educação é o conjunto das influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social [...] compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. (p. 81-87).

Contudo, no que se refere ao processo de formação continuada, que visa melhorias na atuação dos Conselhos junto às escolas, entende-se ser importante o estudo e a reflexão dos cadernos do curso em análise, bem como o aproveitamento das experiências vivenciadas pelos cursistas. Ao conhecer mais sobre a temática em questão, deve-se ter consciência dos limites e das possibilidades de atuação desses órgãos colegiados. Percebe-se que o avanço tem sido progressivo na luta pela democratização da educação pública. Por isso, esse processo requer reflexão e avaliação, além de constantes aprendizados, que ocorrem por meio da formação continuada no desempenho das funções escolares ou por trocas de experiências.

## **A Intencionalidade dos Cadernos de Estudos nas Fases I e II do Curso de Extensão em Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares**

Antes de se discutir a intencionalidade dos cadernos de estudos, se faz necessário compreender os objetivos pelos quais estes conteúdos foram escolhidos e propostos.

A Coordenação Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino – CAFISE, a Secretaria de Educação Básica – SEB e o Ministério da Educação – MEC ao proporem a Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares aos técnicos e dirigentes das secretarias estaduais e municipais de educação, se apresentam como parceiros na discussão e na busca de estratégias para a implementação do princípio constitucional da gestão democrática da educação pública que visa “estimular o regime de colaboração preconizado pela constituição e pela LDB” (MEC/SEB, 2004 p.39). Neste sentido

algumas características da gestão escolar democrática são o compartilhamento de decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício e a transparência (capacidade de deixar claro para a comunidade como são usados os recursos da escola, inclusive os financeiros). (SEB/MEC, 2007, p. 41).

Daí a relevância em se consolidar e fortalecer os conselhos escolares em todo Brasil, pois em sua formação tem a função precípua de atuar como mecanismo de participação coletiva na comunidade que integra a escola. Destarte, a função do conselho escolar é a de orientar, decidir e opinar sobre os assuntos que estão ligados a qualidade da escola, a exemplo da participação na construção do projeto político-pedagógico, nos planejamentos anuais, como também avaliar os resulta-

dos da administração escolar e ajudar a prover meios de resolver os problemas administrativos e pedagógicos, além de ajudar a decidir sobre os investimentos prioritários aplicados na escola. Portanto,

o Conselho Escolar se situa no espaço da defesa de interesses coletivos, do projeto político pedagógico da escola, que requer uma visão do todo, construída desde os diferentes pontos de vista das categorias que o constituem. (MEC /SEB, 2004, p. 56).

Esta proposta de instrumentalização técnica através da Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares objetiva, ainda, desenvolver o entendimento de que uma boa gestão escolar precisa estar atenta para essas oportunidades. Precisa, portanto, conhecê-las, ir atrás, participar e trazê-las para a escola. Democracia também se aprende e se pratica na escola. Daí a relevância da participação de todo o colegiado que congrega a formação do conselho escolar.

Para atingir as metas de democratização de informações, qualificação adequada e expansão do entendimento comum sobre o tema, no contexto brasileiro, o material do Curso de Extensão em Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares reuniu diversos autores parceiros do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Básica, a partir do ano de 2004, para elaborar o material didático destinado à qualificação nacional.

Pelo Instituto UFC Virtual o curso de extensão universitária em Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares tem sido ofertado em duas Fases em que cada uma contempla uma carga horária de 100 (cem) horas, possibilitando, ao final, a emissão de um certificado com 200 (duzentas) horas para o aluno.

Cada Fase contempla cinco cadernos de estudos. Compreendemos que a soma de todo esse material traz elementos essenciais à formação dos membros que comporão ou que compõem o colegiado do Conselho Escolar. Desta forma tem-se a seguinte distribuição: na Fase I (um) é realizado o estudo dos cadernos 1(um) a 5 (cinco) e na Fase II (dois) o estudo dos cadernos 6 (seis) a 10 (dez).

Estes cadernos têm por objetivo trabalhar conceitos que são essenciais para o bom desempenho da rotina desenvolvida pelos Conselhos Escolares no cotidiano da escola. Dentre estes, os princípios da gestão democrática, no que tange a participação da comunidade escolar e a explicação dos diversos papéis e funções desenvolvidos por este órgão colegiado em relação às ações desenvolvidas na escola.

A partir deste ponto realiza-se uma breve apresentação de cada uma das fases do curso para então entendermos a intencionalidade que cada caderno de estudo propõe ao cursista que se matricula nesta formação.

Antes, porém, vale destacar que uma citação se faz presente em todos os cadernos de estudos soando como um convite e alerta para sua intencionalidade.

*Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (Paulo Freire).*

Na Fase I, os cadernos tratam dos fundamentos dos Conselhos Escolares; abordam temas direcionados à democratização da escola; função político-pedagógica dos conselhos;

respeito ao saber e a cultura do estudante e da comunidade; aproveitamento significativo do tempo pedagógico e princípios da gestão democrática.

A seguir apresentam-se a composição e temas abordados em cada um dos cadernos da Fase I:

- Caderno 1 – *Conselhos Escolares*: democratização da escola e construção da cidadania, estruturado em duas partes, sendo a primeira focada em questões da função social da escola e à legislação educacional que viabiliza o funcionamento dos conselhos escolares em seus objetivos, limites e possibilidades. Já na segunda parte trata das funções, atribuições e questões relativas ao funcionamento dos conselhos escolares.
- Caderno 2 – *Conselho Escolar e a aprendizagem na escola*, aborda: a função político-pedagógica do Conselho Escolar; o pluralismo e o respeito às diferenças; a unidade do trabalho escolar; o sentido de qualidade na educação; aprendizagem: quem ensina e quem aprende; avaliação: o processo e o produto; dimensões e aspectos do processo educativo; o Conselho Escolar e a transparência das ações da escola. Entende-se a educação como meio de formação de cidadãos mais críticos, reflexivos, emancipados e o conselho escolar como instância dotada de função político-pedagógica, que deve participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.
- Caderno 3 – *Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade* trás em sua Parte I – A escola, o Conselho Escolar e o processo de formação humana: o processo de formação humana: contribuição da escola e a escola da exclusão e os desafios para sua superação. Na Parte II – A escola da inclusão:

pedagogia da emancipação; educação básica e formação humana; o saber e o conhecimento no ato pedagógico. O referido caderno encerra com a parte III – O encontro dos saberes: pedagogia do respeito e da integração; aprendizagem no encontro de saberes; condições para o encontro de saberes. Busca refletir sobre a atuação dos conselhos escolares em relação ao processo de formação humana, o quanto é importante a presença do saber e da cultura dos estudantes durante o processo educacional, e descreve fatores de exclusão e inclusão dos saberes no ato pedagógico.

- Caderno 4 – *Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico* em sua Parte I trata da escola pública como espaço de exercício do direito de cidadania; educação de qualidade e a organização da escola; sobre o Conselho Escolar e a avaliação da aprendizagem. Na parte II descreve o Tempo escolar – a mediação pedagógica consciente; as atividades escolares e a formação cidadã do estudante; o tempo pedagógico e o Conselho Escolar. Portanto, o caderno compreende a escola pública como espaço de exercício do direito de cidadania, que deve assegurar uma aprendizagem significativa e o bom aproveitamento do tempo pedagógico por meio de uma adequada organização escolar.
- Caderno 5 – *Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor* em sua parte I apresenta os temas: gestão democrática: a participação cidadã na escola; a educação como direito; a educação, a escola e a cultura na formação de sujeitos sociais. Já na parte II aborda: a gestão democrática: aprendizagem e exercício de participação; a construção da gestão democrática e os processos de participação. Em sua parte III retrata a ges-



tão democrática e a escolha de diretores; as formas de provimento ao cargo de diretor: limites e possibilidades; o Conselho Escolar como espaço de democratização da gestão e da organização escolar. Conclui a parte IV descrevendo a gestão democrática e a autonomia da escola; os mecanismos de participação e a autonomia da escola; o diretor, o Conselho Escolar e a gestão democrática na escola. Verifica-se, desta forma, o objetivo de fortalecer os processos de democratização através da gestão participativa, contemplando os procedimentos de escolha do diretor e a busca pela autonomia das escolas.

Na Fase II, os cadernos complementares aos da Fase I, abordam temas correlatos, tais como: as raízes e processos de criação e consolidação do Conselho Escolar e Fórum; a escola enquanto espaço de formação humana; financiamento da educação; valorização dos trabalhadores em educação; educação do campo; relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social.

Diferentemente da ordem cronológica da Fase I, a Fase II inicia pelo caderno 12, intitulado *Conselho Escolar e sua organização em fórum*, constituído por duas partes que retratam as raízes e processos de criação e consolidação do conselho escolar e sua organização em fórum. Trata-se de um mapa com sugestões para a criação de uma política de gestão educacional direcionada às unidades de ensino ou sistemas de ensino. O curso inicia por este caderno porque o mesmo oferece uma base para que o cursista compreenda o processo de criação e consolidação dos conselhos escolares com ênfase na importância dos fóruns neste processo.

- Caderno 6 – *Conselho Escolar como espaço de formação humana*: círculo de cultura e qualidade da educação, em sua primeira parte trata da importância e sentido da formação: Conselho Escolar e a construção da democracia e da cidadania; a formação do Conselho Escolar. Círculo de Cultura: espaço democrático e cidadão de formação dos Conselheiros Escolares. Na sua segunda parte aborda o processo de formação: problematização, diagnóstico e investigação. Tematização: reflexão e estudo. Intervenção: programação e prática. A primeira aborda a importância e o sentido da educação e a segunda como acontece o processo de formação continuada da gestão e dos conselheiros escolares.
- Caderno 7 – *Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil* na Unidade I aborda as políticas e gestão da educação básica no Brasil e o direito à educação trata dos Antecedentes históricos: o direito à educação e as políticas e gestão da educação básica: aspectos legais, etapas e modalidades educacionais. Em sua Unidade II aborda os temas do financiamento da educação básica: limites e possibilidades conhecendo o processo orçamentário e sua execução; o financiamento da educação básica e o regime de colaboração entre os entes federados; as principais transferências e como devem ser utilizadas na educação; transferências voluntárias e automáticas – salário educação e outras fontes de recursos para a educação básica. Na Unidade III trata da gestão financeira descentralizada: planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos; recursos financeiros da escola e o Conselho Escolar: planejamento participativo e estabelecimento de prioridades; programas federais e recursos para a escola; o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Conselho Escolar: alter-

nativas de gestão de recursos financeiros; plano de ação coletivo: prestação de contas dos recursos financeiros da escola (modalidades de licitação e prestação de contas). Finalizando o caderno, a Unidade IV foca a temática do Conselho Escolar e autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola; projeto político-pedagógico e a construção coletiva na escola. Repensando a gestão financeira da escola e o papel dos Conselhos Escolares. Gestão pedagógica e financeira: a construção progressiva da autonomia das unidades escolares.

- Caderno 8 – *Conselho Escolar e a valorização dos trabalhadores em educação*, traz a reflexão sobre os trabalhadores da educação básica; a desvalorização/valorização dos trabalhadores da educação básica; a desvalorização dos professores da educação básica; a desvalorização dos funcionários de escola; a valorização dos trabalhadores da educação básica: os movimentos sociais e a política educacional; a valorização dos trabalhadores da educação básica na legislação brasileira; o papel do conselho escolar diante dos trabalhadores da educação básica. Finaliza trazendo em seus anexos a Resolução do CNE que cria a área profissional 21 e a Resolução Nº 5, de 22 de novembro de 2005.
- Caderno 9 – *Conselho Escolar e a educação do campo*, em sua Primeira parte apresentam o tema o campo e a educação do campo. O campo: aspectos constitutivos; educação do campo: da concepção às políticas públicas. A segunda parte trata da gestão democrática e conselho escolar; gestão democrática: democratizando a escola do campo; conselhos escolares: a participação responsável da sociedade. Em sua terceira parte trata do conselho escolar e

do acompanhamento pedagógico; o sentido de qualidade e a organização da escola do campo e o projeto político-pedagógico como eixo do trabalho do conselho escolar.

- Caderno 10 - *Conselho Escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social*, inicialmente traz reflexões sobre o desenvolvimento com igualdade social, as políticas e a gestão da educação básica no cenário de desigualdades. Já em sua segunda parte aborda a garantia do acesso a uma escola de qualidade como uma das condições de desenvolvimento do país; a escola e o desenvolvimento local; a realidade local como objeto de atenção e estudo. A terceira parte encerra com uma abordagem a respeito do conselho escolar: incentivador da articulação escola/sociedade; o conselho escolar e a articulação com a comunidade local; a participação nos projetos comunitários.

Além dos cadernos já apresentados e utilizados com frequência no curso ofertado pelo Instituto UFC Virtual em cada fase do curso, ainda existem outros cadernos que foram elaborados, e que, no entanto, não foram incluídos com regularidade nessas fases já ofertadas. São eles: *Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Versão esta dividida em três partes e corresponde a uma introdução ao Caderno 1 (um), pois aborda temas relacionados a atuação dos Conselhos, conceituando sua atuação na gestão dos sistemas e das instituições educacionais enquanto estratégia de gestão democrática, como também, traz uma análise da legislação municipal e estadual referente aos conselhos escolares. Também merece destaque o Caderno 11 (onze) *Conselho Escolar e direitos humanos* que reflete acerca dos direitos humanos como uma política pública compreendendo-os

como um processo de organização pela conquista de direitos individuais e coletivos, dentre outros.

No escopo das apresentações dos cadernos de estudos, percebemos claramente que o material em sua composição objetiva estimular e instrumentalizar com subsídios teóricos para o debate entre os próprios membros do conselho escolar sobre a importância desse colegiado na implementação da gestão democrática.

Neste contexto se desperta a reflexão sobre a importância e relevância da qualificação do colegiado que compõe o conselho escolar para sua atuação na prática escolar. Vejamos a seguir o desdobramento desta temática.

## **A Importância da Qualificação do Conselho Escolar para a Prática da Gestão da Escola**

O homem, como um ser social, está sempre em busca do conhecimento, pois a própria sociedade lhe impõe diversas competências e habilidades. Nesse sentido, as pessoas estão sempre se envolvendo com as mais diversas atividades profissionais para atuarem efetivamente necessitam, portanto, educar-se.

Definir educação é algo complexo porque esta depende da cultura e do período de um povo. Na visão de Libâneo, educação é

[...] o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. (1992, p.17).

Mas o que é educação na origem da palavra? Educação, conforme o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*,

significa “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social.” (FERREIRA, 2009).

Portanto, visando uma melhor integração do indivíduo à instituição escolar, especificamente na sua gestão, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, como uma de suas ações centrais, criou o Curso de Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares para formar técnicos das Secretarias de Educação Estadual e Municipal a fim de contribuir para a implantação e fortalecimento dos conselhos escolares. A estratégia, portanto, se delineou através da formação de técnicos de secretaria de educação que, em última instância, são os sujeitos diretamente envolvidos com a gestão dos conselhos em suas respectivas unidades de ensino. Mas por que formação continuada sobre conselhos escolares e como realizá-la? Para melhor compreender a relevância desta formação faz-se necessário um breve histórico das reformas educativas ocorridas após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A referida Carta Magna trouxe um caráter de democracia em todas as áreas, inclusive a educação. Por uma pressão do Estado ocorreram várias reformas educativas<sup>1</sup> que incidiram sobre a gestão escolar. O debate acerca da gestão surgiu desde o final dos anos 1980, momento em que o país enfrentava uma grande crise econômica. Foi uma época de redemocratização no país, em que surgiram demandas populares nos mais diversos setores, em especial a educação.

---

<sup>1</sup> Todas estas reformas estatais ocorridas no Brasil e no mundo fazem parte de um “ajuste estrutural” imposto pela mundialização do capital.

A necessidade de uma gestão eficiente “fundada no discurso da técnica e na agilidade administrativa.” (OLIVEIRA, 2001, p.95) exigiu dos gestores escolares competências e habilidades para a administração escolar. Neste contexto, a educação passou a ser percebida como fator determinante para o desenvolvimento econômico do país, contexto em que a gestão da escola ganhou destaque. Foi uma época de mudanças nas relações sociais de poder chamando a comunidade escolar a participar na tomada de decisões da escola, o que representou um exemplo de democracia no sistema educacional. Sendo assim, a escola precisou aprender a compartilhar a gestão com atores da comunidade escolar e comunidade local representados pelos membros dos conselhos escolares.

Embora os Conselhos Escolares tenham sido criados no final dos anos 1980 ainda hoje se enfrenta o problema da não existência deste colegiado em muitas escolas brasileiras e da restrita participação dos conselheiros na administração da escola, por conta de gestões centralizadas na figura do diretor e da cultura da não participação.

Diante desta situação, o Curso de Extensão em Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares, ofertado pelo Instituto UFC Virtual, foi elaborado para esclarecer, fortalecer e subsidiar a atuação dos conselhos escolares. Neste caso, caberia ao cursista contribuir para a organização desses colegiados no município/estado em que atua, pautado nos princípios que organizam o curso: a construção da cidadania, aprendizagem na escola, respeito e valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade, aproveitamento significativo do tempo pedagógico, formação dos conselhos escolares, gestão democrática e escolha do diretor, financiamento da educação, valorização dos trabalhadores em educação, educação do campo e relação escola/cidadania.

Todo este conteúdo tem como finalidade levar aos cursistas conhecimentos próprios de uma gestão democrática e assim, compreender, criticar e intervir nas questões da escola evitando ações que fortaleçam uma postura autoritária e patrimonialista. Sendo assim, “a discussão coletiva, a reflexão e o estudo dão suporte à busca de alternativas válidas.” (BRASIL, MEC, 2006, p.12) aos alunos a fim de que estes possam intervir conscientemente para uma mudança concreta. Esta formação continuada visa também preparar os cursistas para que estes compreendam as políticas educacionais chegadas à escola e, através desta compreensão, possam definir coletivamente as prioridades da comunidade a fim de alcançar uma educação de qualidade social.

Entretanto, para se obter uma educação de qualidade social é necessário que todos que fazem o dia a dia escolar participem das suas ações com consciência. Trata-se de uma educação escolar

[...] comprometida com a emancipação humana e com a democratização da sociedade que impulsiona a construção da autonomia, da responsabilidade e da liberdade em todos os cidadãos e cidadãs. (BRASIL, MEC, 2006, p.12).

Neste sentido, um dos maiores desafios para a efetivação dos Conselhos Escolares, tem sido a não participação dos conselheiros na tomada de decisões. Advindos de um período ditatorial, alguns conselhos funcionam apenas na teoria, ou seja, foram criados, mas não foram consolidados. São meros colegiados que servem apenas para “preencher exigências legais, visando receber recursos financeiros e materiais.” (BRASIL, MEC, 2006, p.13). Porém, sabe-se que a participação não surge de uma hora para outra. Isto é um processo. É uma ação que precisa ser praticada constante-



mente na escola. Quando alunos, professores, pais/mães, funcionários convivem com uma gestão fechada ao diálogo torna-se difícil agir de forma participativa. A participação é um processo cultural que precisa ser trabalhado nas pessoas desde a infância. E a escola, como espaço de formação para a cidadania, deve incentivar a comunidade escolar e local a participar das suas ações.

Desde o ano de 2004 este curso tem formado técnicos e gestores das diversas secretarias municipais e estaduais. Este curso começa a dar seus primeiros frutos através de Conselhos Escolares que já foram criados e também consolidados. Muitos técnicos que receberam esta formação já repassaram esses conhecimentos para os conselheiros de suas cidades, através de formações ministradas por eles mesmos, atuando como profissionais multiplicadores.

O referido curso representa uma semente que vem sendo plantada em diversas regiões deste Brasil no intuito de colher bons frutos. Frutos que rompam com gestões centralizadas que impedem a participação efetiva dos conselheiros. É fato que isto também depende muito do perfil do gestor em ser incentivador no processo de participação da comunidade escolar e local. Sabe-se que não é fácil mudar a cultura da não participação na gestão. Entretanto, a escola é constantemente convidada a se reinventar no sentido de promover o encontro de saberes do educando e da comunidade. É nesse encontro de saberes que todos participam da gestão. Um exemplo claro de participação da comunidade na gestão da escola é a definição do projeto político-pedagógico. É através da participação neste projeto, que a escola desenha a sua cara. Sendo assim, o Conselho Escolar foi instituído para garantir a participação dos diferentes segmentos.

## Considerações Finais

O Curso de Formação Inicial e Continuada em Conselhos Escolares ofertado em duas fases pelo Instituto UFC Virtual, ao formar dirigentes, técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais, professores e conselheiros escolares fortalece a atuação dos Conselhos Escolares como importante órgão colegiado representante da gestão democrática. Através dos conteúdos estratégicos, abordados nos cadernos de estudo ao longo curso, que possibilitam uma ampliação na visão dos cursistas, proporcionam saberes indispensáveis para torná-los multiplicadores em estados e municípios que ainda precisam avançar em relação à formação e atuação efetiva dos conselhos escolares.

É importante ressaltar que, para construir uma nova realidade escolar, são necessários estudos e empenho no sentido de proporcionar uma vivência participativa em busca da autonomia escolar. Neste sentido, o curso aborda importantes conceitos que favorecem a execução de novas posturas a serem vivenciadas pelos cursistas que, durante o curso, progredem mostrando maturidade ao se aprofundar nos estudos e se tornarem capazes de apontar falhas e buscar soluções para os problemas vividos no cotidiano escolar.

Há muito ainda que fazer para romper com gestões centralizadas. As posturas centralizadoras estão enraizadas em boa parte de gestores. Mas o essencial é acreditar que isto é possível. O objetivo deste curso é propiciar momentos específicos de formação como este de modo que os cursistas, cientes de suas potencialidades, possam contribuir de forma mais efetiva para uma mudança significativa na gestão escolar. E que, através desta formação, sejam criados e consolidados mais outros colegiados a fim de implantar uma cultura de participação na gestão educacional.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania*. Elaboração Ignez Pinto Navarro. Brasília: MEC, SEB, 2004. 56 P. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 1).

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. *Conselhos escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Elaboração Genuíno Bordignon. Brasília: MEC, SEB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Conselhos escolares como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação*. Elaboração Lauro Carlos Wittmann. 79 P. Brasília: MEC, SEB, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, Caderno 6).

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e bases da educação nacional*. LDB nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. *Lei do Plano Nacional de Educação*. PNE nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001359024-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 10 set. de 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

INDICADORES da qualidade na educação/Ação educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC (Coord.). São Paulo: Ação educativa, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 9.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério – 2.º grau. Série formação do professor).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 91-112.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas-SP: Papirus, 1995.